

Continuação

2.18. Reconhecimento da receita: O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que as Controladas têm de receber pela contrapartida das mercadorias, produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. As controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: *Venda de mercadorias e produtos:* A receita de venda de mercadorias e produtos é reconhecida no resultado, quando o controle das mercadorias e produtos é transferido ao cliente e as Controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias e produtos vendidos. *Receita de juros:* Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.19. Tribuição:** **Imposto de renda e contribuição social - Imposto de renda e contribuição social correntes:** Os ativos e passivos fiscais das Controladas para o exercício atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais), enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos das Controladas são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. **2.20. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (impairment):** No fim de cada exercício, as Controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para a data do balanço, foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **2.21. Ajustes a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo das Controladas são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, as Controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.22. Demonstração do resultado abrangente:** A Companhia apresenta seu resultado para o período contábil de reporte através da demonstração do resultado do exercício. Os resultados abrangentes incluem mutações do patrimônio líquido, e todos os demais itens de receita e despesa reconhecidos no período não são passíveis de reconhecimento em demonstração do resultado abrangente. **2.23. Demonstração do fluxo de caixa:** Demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7). **2.24. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições necessárias para o recebimento foram cumpridas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. **2.25. Classificação corrente versus não corrente:** As Controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • As Controladas não têm direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. As Controladas classificam todos os demais passivos no não circulante. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos:* As Controladas valorizam as contas a receber atreladas ao recebimento de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de commodities pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contrapartida ao resultado financeiro. Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, as Controladas contratam instrumentos financeiros derivativos, os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida resultado financeiro. A administração reconhece contabilmente o valor justo dos contratos de commodities que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática das Controladas para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de commodities. *Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 5):* As Controladas de forma consistente nos períodos comparativos, tem como política provisionar os títulos vencidos a mais de 180 dias, inclusive provisionando os títulos a vencer desse mesmo devedor. Adicionalmente, as Controladas utilizam julgamentos para manter ou provisionar casos em que ocorrem renegociação de dívida ou formalização do compromisso por parte do devedor. Tais julgamentos levam em conta os motivos que levaram a inadimplência e relacionamento histórico, a intenção de pagar, a capacidade de pagamento e as evidências disponíveis que o recebimento irá ocorrer. *Tributos sobre o lucro (Nota 23):* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pelas Controladas, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, as Controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. As Controladas acreditam que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos. As Controladas usufruem de subvenções governamentais (Nota 27) correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos. A Administração das Controladas está acompanhando atentamente a evolução das discussões sobre esse tema e, considerando que as autoridades fiscais têm se pronunciado através de soluções de consulta, obtendo, periodicamente, atualização formal de seus consultores tributários sobre o tema e mantém o seu entendimento quanto a adequação da metodologia de cálculo do referido benefício. *Estimativas e premissas:* As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente. *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:* As Controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de commodity, para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de commodities. Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

4. Caixas e equivalentes de caixa: A conta caixa e equivalentes de caixa está composta da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	25	36
Bancos	-	-	2.067	6.981
Aplicações financeiras	5	9	90.104	70.661
Total	5	9	92.196	77.678

VEGA PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ 21.363.480/0001-25

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em caixa. Incluem certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e investimentos em títulos, com seus rendimentos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI Mensal), a uma taxa média ponderada anual de 9,96% em 31 de dezembro de 2023. Referidas aplicações financeiras estão disponíveis para resgate a qualquer momento, sem prejuízo aos rendimentos auferidos no fim de cada período.

5. Contas a receber de clientes: Referem-se a vendas a prazo com valores efetivamente faturados. São reconhecidas pelo valor da transação, obedecendo ao regime de competência. Abaixo, encontram-se demonstrado a composição do saldo de contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber no mercado interno	-	-	266.323	272.619
Direitos creditórios em garantia (Nota 19)	-	-	29.146	32.647
Operações de barter	-	-	6.928	-
Partes relacionadas (Nota 24)	-	-	964	869
Contratos a fixar de commodities	-	-	12	15.859
Cheques em cobrança	-	-	85	2.303
Total	-	-	303.458	324.297
(-) Perdas estim. em créditos de liquid. duvidosa	-	-	(9.544)	(8.885)
Total	-	-	293.914	315.412

Circulante
Não circulante

	2023	2022	2023	2022
Circulante	-	-	267.504	277.014
Não circulante	-	-	26.410	38.398

Contratos a fixar de commodities: São originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo. **Direitos creditórios em garantia:** Os direitos creditórios são recebíveis que compõem a cessão fiduciária em forma de garantia aos títulos de renda fixa dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) apresentados na Nota 19. Viabilizando a operação, em 29 de abril de 2022, nos termos da Lei nº 11.076, foram emitidos os Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), que são títulos de crédito nominativo, de livre negociação e representativo de promessa de pagamento em dinheiro, vinculado a direitos creditórios originários de negócios realizados entre pessoas jurídicas que exerçam atividades de comercialização, beneficiamento ou industrialização de mercadorias e insumos agropecuários e terceiros. **Operações de barter:** As operações na modalidade *barter*, consistem no fornecimento e financiamento de insumos agrícolas, com garantia de recebimento por meio de CPR (Cédula de Produto Rural). As cédulas são inicialmente reconhecidas pelo custo de contratação na data em que a operação é formalizada sendo subsequentemente mensuradas a valor justo. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia comercial e operacional da Empresa. As obrigações dessas operações estão devidamente apresentadas na Nota 15. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A Vencer	-	-	286.520	298.162
Vencidos	-	-	7.394	17.250
De 1 a 30 dias	-	-	3.278	14.262
De 31 a 60 dias	-	-	3.807	1.412
De 61 a 90 dias	-	-	269	649
De 91 a 180 dias	-	-	40	927
Acima de 180 dias	-	-	-	-
Total	-	-	293.914	315.412

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas significativas considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa constituída pela Companhia e considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as contas a receber. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º janeiro	-	-	(8.885)	(1.067)
Perdas estim. em créditos de liquid. duvidosa	-	-	(2.760)	(8.255)
Perdas estimadas revertidas	-	-	1.935	437
Perdas no recebimento de créditos	-	-	166	-
Em 31 de dezembro	-	-	(9.544)	(8.885)

6. Impostos e contribuições a recuperar: Estão demonstrados por valores originais e classificados de acordo com o prazo e expectativa legal de recuperação e compensação de cada crédito fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ a compensar	-	-	22.502	20.521
CSLL a compensar	-	-	8.156	7.485
PIS e COFINS a recuperar	-	-	864	1.952
ICMS a recuperar	-	-	2.292	935
IRPJ a Recuperar	-	-	1.426	193
Outros impostos a recuperar	-	-	7	-
Total	-	-	35.247	31.086

Os saldos a compensar de imposto de renda e contribuição social se referem a créditos tributários extraprazos decorrentes do benefício de subvenções governamentais conforme Nota 27. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

7. Estoques: Os estoques de commodities estão apresentados devidamente ajustados a valor justo em contrapartida do resultado. Os estoques de mercadorias e produtos prontos foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço. Os adiantamentos a fornecedores estão registrados pelos valores efetivamente desembolsados e se referem a adiantamentos a fornecedores de grãos, grãos destinados a sementes e insumos. O grupo de estoques está assim composto:

A participação permanente da Companhia em empresas controladas está avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

	Participação		Ativo		Passivo	
	(%)					
Futura Insumos Agrícolas LTDA.	99,98%	-	385.673	367.774	17.899	(22.151)
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	-	561.709	355.853	205.856	68.625
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	-	76.756	1.234	75.522	(306)

(*) Saldo consolidando a controlada indireta Sargas Agrícola LTDA.

	Participação		Ativo		Passivo	
	(%)					
Futura Insumos Agrícolas LTDA.	99,98%	-	362.285	329.712	32.573	5.039
Sementes Estrela Com. Imp. Exp. LTDA. *	99,98%	-	443.818	302.554	141.264	60.034
Aerotecv Participações e Locações LTDA.	20,00%	-	5.817	25	5.792	(208)

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	115.583	-	115.583	-
Participação Aerotecv Participações e Locações LTDA.	-	-	-	1.200
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	65.060	(42)
Lucros recebidos	-	-	(4.845)	-
Reflexo ajuste exercícios anteriores	-	-	(2.153)	-
Realização de impostos diferidos	-	-	157	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	173.802	-	173.802	1.158
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	46.466	(44)
Aumento de capital da controlada	-	-	8.998	1.665
Lucros recebidos	-	-	(5.765)	-
Ajuste da avaliação patrimonial reflexa de investidas	-	-	209	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	223.710	-	223.710	2.779

	Terrenos e imóveis	Benfeit. em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Imobilização em andamento	Pavilhões industriais	Total
Custo									
Saldo em 31/12/2021	59.654	11.846	29.809	1.466	4.404	3.678	7.195	-	118.052
Adições	7.868	53	2.338	380	789	1.328	27.188	-	39.944
Baixas	-	(30)	(214)	(1)	(473)	(184)	(27)	-	(929)
Reclassificação	450	-	-	-	-	(281)	(51)	-	118
Transferências (-)	5.067	480	5.339	933	-	412	(12.231)	-	-
Saldo em 31/12/2022	73.039	12.349	37.272	2.778	4.720	4.953	22.074	-	157.185
Ativos oriundos de controlada	-	-	-	52	65	217	-	75.083	75.417
Adições	3.442	27	2.352	1.198	101	1.179	31.147	-	39.446
Baixas	(563)	-	(665)	(3)	(2.170)	(90)	(16)	-	(3.507)
Transferências (-)	869	13	(8)	30	-	38	(942)	-	-
Saldo em 31/12/2023	76.787	12.389	38.951	4.055	2.716	6.297	52.263	75.083	268.541
Depreciação									
Saldo em 31/12/2021	(4.108)	(909)	(4.866)	(329)	(1.344)	(1.260)	-	-	(12.816)
Depreciação	(1.323)	(317)	(2.086)	(177)	(469)	(311)	-	-	(4.683)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	(5.431)	(1.225)	(6.890)	(505)	(1.707)	(1.417)	-	-	(17.175)
Depreciação oriunda de controlada	-	-	-	(14)	(22)	(69)	-	-	(105)
Depreciação	(1.545)	(337)	(2.402)	(294)	(357)	(501)	-	-	(5.436)
Baixas	-	-	-	282	543	-	-	-	825
Saldo em 31/12/2023	(6.976)	(1.562)	(9.010)	(813)	(1.543)	(1.987)	-	-	(21.891)
Valor Residual									
Saldo em 31/12/2021	55.546	10.937	24.943	1.137	3.060	2.418	7.195	-	105.236
Saldo em 31/12/2022	67.608	11.124	30.382	2.273	3.013	3.536	22.074	-	140.010
Saldo em 31/12/2023	69.811	10.827	29.941	3.242	1.173	4.310	52.263	75.083	246.650

13. Ativo intangível: Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Companhia testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil, de acordo com orientação CPC 04 Item 107. O ativo intangível consolidado apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	Marcas e Patentes	Marcas e Patentes	Software	Fundo de comércio
Custo				
Saldo em 31/12/2021	2	54	297	3.900
Adições	-	3	17	800
Baixas	-	2	-	820
Saldo em 31/12/2022	2	57	314	4.700
Ativos oriundos de controlada	-	82	15	97